

Março 2022

NOVIDADES (FISCAIS)



Medida Compromisso Emprego Sustentável

Foi publicada, em Diário da República n.º 44/2022, Série I de 2022-03-03, a Portaria n.º 106/2022 que procede à primeira alteração da Portaria n.º 38/2022, de 17 de janeiro, que regula a medida Compromisso Emprego Sustentável.

<https://files.dre.pt/1s/2022/03/04400/0000300004.pdf>

(AERT), no âmbito da pandemia por Covid-19, relativo ao mês de fevereiro de 2022, pode ser solicitado pela Segurança Social Direta, de 1 a 10 de março, através do requerimento que já está disponível.

https://www.seg-social.pt/noticias/-/asset_publisher/kBZtOMZgstp3/content/apoio-extraordinario-ao-rendimento-dos-trabalhadores-prorrogaao-do-prazo

CNC - Setor Público - FAQ 6

A Comissão de Normalização Contabilística atualizou a FAQ 6: “Saldo de operações de tesouraria no final do ano”.

http://www.cnc.min-financas.pt/faqs_publico.html

Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) 1 e 8

Foi publicado, no Jornal Oficial da União Europeia L 68/1, de 2022-03-03, o Regulamento (UE) 2020/357 da Comissão de 2 de março de 2022 que altera o Regulamento (CE) n.º 1126/2008 que adota certas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às Normas Internacionais de Contabilidade 1 e 8.

Segurança Social – Apoio Extraordinário ao Rendimento de Trabalhadores

Foi publicada no Portal da Segurança Social uma notícia pela qual se informa que o Apoio Extraordinário ao Rendimento de Trabalhadores

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.L.2022.068.01.0001.01.POR&toc=OJ%3AL%3A2022%3A068%3ATOC>

Fundos de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional (FIIAH)

Foi publicado, em Diário da República n.º 45/2022, Série II de 2022-03-04, o Acórdão (extrato) n.º 127/20022, do Tribunal Constitucional, no qual se refere que o Tribunal decidiu não tomar conhecimento de pedido de declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do n.º 2 do artigo 236.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, em conjugação com o n.º 16 do artigo 8.º do Regime Jurídico aplicável aos Fundos de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional (FIIAH) e às Sociedades de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional (SIIAH), na versão decorrente das alterações levadas a cabo pela aludida lei, de acordo com a qual as isenções em sede de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e de imposto do selo previstas nos n.ºs 7, alínea a), e 8, daquele artigo 8.º, caducam se o imóvel adquirido for alienado no prazo de três anos, contados de 1 de janeiro de 2014.

<https://files.dre.pt/2s/2022/03/04500000/0011600116.pdf>

COVID-19 – Prorrogação da situação de alerta

Foi publicada, em Diário da República n.º 46/2022, Série I de 2022-03-07, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-C/2022 que prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

<https://files.dre.pt/1s/2022/03/04601/0000200002.pdf>

“AUTOvoucher”

Foi publicado, em Diário da República n.º 50/2022, Série I de 2022-03-11, o Decreto-Lei n.º 24-A/2022 que aumenta o subsídio financeiro aplicável a consumos em postos de abastecimento de combustíveis para efeitos de apoio transitório e excepcional aos cidadãos nos seus consumos no setor dos combustíveis (benefício “AUTOvoucher”).

<https://files.dre.pt/1s/2022/03/05002/0000200003.pdf>

Produtos petrolíferos e energéticos (ISP)

Foi publicada, em Diário da República n.º 50/2022, Série I de 2022-03-11, a Portaria n.º 111-A/2022 que revê e fixa os valores das taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

<https://files.dre.pt/1s/2022/03/05002/0000800011.pdf>

Apoio financeiro – Agrícola e pecuária

Foi publicada, em Diário da República n.º 51/2022, Série I de 2022-03-14, a Portaria n.º 113/2022 que

estabelece as condições gerais aplicáveis à atribuição do apoio financeiro previsto na Lei n.º 37/2021, de 15 de junho, que tem por objeto a energia utilizada na produção agrícola e pecuária e nas atividades de armazenagem, conservação e comercialização de produtos agrícolas.

<https://files.dre.pt/1s/2022/03/05100/0001300015.pdf>

Extinção do Pagamento especial por conta

Foi divulgado, no Portal das Finanças, o Despacho SEAAF n.º 92/2022-XXII, de 14/03 que determina, em antecipação à aprovação e publicação do Orçamento do Estado para 2022, os sujeitos passivos de IRC não terão que proceder à entrega a primeira prestação do pagamento especial por conta (PEC) em março de 2022 (ou 3.º mês do período de tributação). Em caso da Lei de Orçamento do Estado para 2022 não determinar a extinção do PEC, os sujeitos passivos podem efetuar o pagamento integral do PEC em outubro de 2022 (ou 10.º mês do período de tributação), sem ónus ou encargos.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho_SEA_AF_92_2022_XXII.pdf

Disponível aplicação IES/DA

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) publicou uma notícia pela qual anuncia que, já se encontra disponível a aplicação para submissão da IES/DA do período de 2021.

<https://sitfiscal.portaldasfinancas.gov.pt/geral/home?areaDestino=TR>

Certificado de isenção de IVA e/ou de impostos especiais de consumo

Foi publicado, no Jornal Oficial da União Europeia L88/15, de 2022-03-16, o Regulamento de Execução (UE) 2022/432 do Conselho de 15 de março de 2022 que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 282/2011 no que respeita ao certificado de isenção de IVA e/ou de impostos especiais de consumo.

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.L_.2022.088.01.0015.01.POR&toc=OJ%3AL%3A2022%3A088%3ATOC

Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) - RAM

Foi publicado, em Diário da República n.º 54/2022, Série I de 2022-03-17, o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2022/M que aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar na Região Autónoma da Madeira.

<https://files.dre.pt/1s/2022/03/05400/0001000011.pdf>

Apoio Extraordinário e Excecional ao Setor dos Transportes Públicos de Passageiros

Foi publicado, em Diário da República n.º 55/2022, Série II de 2022-03-18, o Despacho n.º 3329-A/2022 que aprova o regulamento do apoio

extraordinário e excecional ao setor dos transportes públicos de passageiros com vista à mitigação dos efeitos da escalada de preços do combustível.

<https://files.dre.pt/2s/2022/03/055000001/0000200004.pdf>

ISP – Revisão das taxas unitárias

Foi publicada, em Diário da República n.º 55/2022, Série I de 2022-03-18, a Portaria n.º 116-A/2022 que prorroga a vigência da Portaria n.º 111-A/2022, de 11 de março.

<https://files.dre.pt/1s/2022/03/05503/0000200002.pdf>

ISP – Atualização temporária do valor da taxa unitária

Foi publicada, em Diário da República n.º 55/2022, Série I de 2022-03-18, a Portaria n.º 116-B/2022 que procede à atualização temporária do valor da taxa unitária do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

<https://files.dre.pt/1s/2022/03/05503/0000300003.pdf>

COVID-19 – Prorroga a situação de alerta

Foi publicada, em Diário da República n.º 56/2022, Série I de 2022-03-21, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-F/2022 que prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

<https://files.dre.pt/1s/2022/03/05602/0000200002.pdf>

“Linha Tesouraria” - produtores de leite de vaca cru e produtores de suínos

Foi publicada, em Diário da República n.º 56/2022, Série I de 2022-03-21, a Portaria n.º 117-A/2022 que cria uma linha de crédito, designada “Linha Tesouraria”, para apoiar os produtos de leite de vaca cru e os produtos de suínos com os encargos de tesouraria para financiamento das suas atividades.

<https://files.dre.pt/1s/2022/03/05601/0000200004.pdf>

Suspende a atualização da taxa de CO₂

Foi publicada, em Diário da República n.º 58/2022, Série I de 2022-03-23, a Portaria n.º 118/2022 que suspende a atualização da taxa do adicionamento sobre as emissões de CO₂ até 30 de junho de 2022.

<https://files.dre.pt/1s/2022/03/05800/0000300003.pdf>

Governo alarga descontos no combustível e no Adblue

O Governo publicou um comunicado indicando que decidiu reforçar as medidas de apoio ao setor dos transportes de mercadorias, nomeadamente através do alargamento dos descontos no combustível e no chamado AdBlue (líquido que controla as emissões poluentes dos veículos).

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=governo-alarga-descontos-no-combustivel-e-no-adblue>

Reforma da política da UE – Práticas fiscais prejudiciais

Foi publicado, no Jornal Oficial da União Europeia C 132/167, de 2022-03-24, a Resolução do Parlamento Europeu, de 7 de outubro de 2021, sobre a Reforma da política da UE sobre as práticas fiscais prejudiciais (incluindo a reforma do Grupo do Código de Conduta)

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.C_.2022.132.01.01.67.01.POR&toc=OJ%3AC%3A2022%3A132%3ATOC

“AUTOvoucher” – aumento do benefício

Foi publicado, em Diário da República n.º 60/2022, Série II de 2022-03-25, o Despacho n.º 3560/2022 que concretiza o aumento do benefício mensal “AUTOvoucher” para um montante correspondente a € 0,40 por litro, com um limite mensal de 50 litros.

https://files.dre.pt/2s/2022/03/06000000/000530005_3.pdf

Apoio às famílias e às empresas no âmbito do conflito armado na Ucrânia

Foi publicado, em Diário da República n.º 60/2022, Série I de 2022-03-25, o Decreto-Lei n.º 28-A/2022

que estabelece medidas de apoio às famílias e às empresas no âmbito do conflito armado na Ucrânia.

<https://files.dre.pt/1s/2022/03/06001/0000200007.pdf>

ISP – Revisão e fixação dos valores das taxas do imposto

Foi publicada, em Diário da República n.º 60/2022, Série I de 2022-03-25, a Portaria n.º 128-A/2022 que revê e fixa os valores das taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

<https://files.dre.pt/1s/2022/03/06002/0000200003.pdf>

IRS – Tributação de Rendimentos não percebidos ou postos à disposição do contribuinte

Foi publicado, em Diário da República n.º 61/2022, Série II de 2022-03-28, o Acórdão (extrato) n.º 100/2022 do Tribunal Constitucional, o qual não julga inconstitucional a norma dos artigos 10.º, n.ºs 1 e 3 e alínea a) do n.º 4 e 44.º do Código do Imposto de Rendimento de Pessoas Singulares (na redação do diploma em vigor à data do facto gerador de imposto), quando interpretadas no sentido de permitirem a tributação, no âmbito da Categoria G do IRS, de rendimentos não percebidos ou postos à disposição do contribuinte.

https://files.dre.pt/2s/2022/03/061000000/001400014_0.pdf

ATGo

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) publicou uma notícia na qual anuncia que, foi lançada um aplicação (app), disponível para dispositivos IOS e Android, a ATGo, com o objetivo de simplificar o cumprimento das obrigações fiscais dos contribuintes singulares que exercem uma atividade profissional por conta própria sem contabilidade organizada.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/Nova_aplicacao_ATGo.aspx

COVID-19 – Prorroga a situação de alerta

Foi publicada, em Diário da República n.º 61/2022, Série I de 2022-03-28, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34-A/2022 que prorroga a declaração de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

<https://files.dre.pt/1s/2022/03/06102/0000200002.pdf>

“AUTOvoucher” – Data de início e a duração

Foi publicado, em Diário da República n.º 61/2022, Série II de 2022-03-28, o Despacho n.º 3672-A/2022 que procede à segunda alterações ao Despacho n.º 11020-A/2021, de 10 de novembro, que determina a data de início e a duração da fase de utilização do benefício “AUTOvoucher”.

<https://files.dre.pt/2s/2022/03/061000001/0000200002.pdf>

CNC – Tratamento dos Impactos da Invasão da Ucrânia

A Comissão de Normalização Contabilística divulgou duas Recomendações sobre o tratamento dos impactos da invasão da Ucrânia no relato financeiro das entidades sujeitas ao SNC e ao SNC-AP.

<http://www.cnc.min-financas.pt/GuerraUcrania.html>

Instruções Administrativas

Ofício Circulado nº	Data	Assunto
15886	25/03/2022	Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro, a utilizar de 1 a 30 de abril de 2022
15889	28/03/2022	Adaptação do STADA-importação ao regime IOSS
20240	17/03/2022	IRC - Taxas de derrama incidentes sobre o lucro tributável do período fiscal de 2021

Circular nº	Data	Assunto
4/2022	03/03/2022	Tabelas de retenção - 2022 - Continente
5/2022	11/03/2022	Tabelas de retenção na fonte de IRS para os titulares de rendimentos do trabalho dependente e de pensões com residência fiscal na Região Autónoma dos Açores, a aplicar a partir de 1 de março de 2022.

Informações vinculativas

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Vinc. N.º	Assunto
CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS				
08/03/2022	CIMI	2.º, 8.º e 13.º	21 818	Imposto Municipal sobre Imóveis – inscrição matricial de construções efetuadas pelo promitente adquirente em prédio rústico objeto de contrato promessa de permuta, após despacho da câmara municipal determinando a sua demolição e decisão judicial de resolução do contrato promessa e de restituição do prédio rústico, livre e devoluto de quaisquer construções, ao promitente alienante.



Acórdãos TJUE

Proc:	Data	Nome	Matéria	Assunto
C-545/19	17/03/2022	AllianzGI-Fonds AEVN	Livre circulação de capitais	Reenvio prejudicial – Artigo 63.º TFUE – Livre circulação de capitais – Tributação dos dividendos pagos a organismos de investimento coletivo (OIC) – OIC residentes e não residentes – Diferença de tratamento – Retenção na fonte apenas dos dividendos pagos a OIC não residentes – Comparabilidade das situações – Apreciação – Tomada em consideração do regime fiscal dos detentores de participações em OIC e da sujeição dos organismos residentes a outros impostos – Inexistência.
C-697/20	24/03/2022	Dyrektor Izby Skarbowej w L. (Perte du statut d'agriculteur forfaitaire)	IVA	Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 9.º – Sujeito passivo – Artigos 295.º e 296.º – Regime forfetário dos produtores agrícolas – Cônjuges que exercem uma atividade agrícola utilizando bens que pertencem à comunhão conjugal – Possibilidade de esses cônjuges serem considerados sujeitos passivos de IVA distintos – Opção de um dos cônjuges pela renúncia ao estatuto de agricultor sujeito ao regime forfetário e pela tributação da sua atividade ao abrigo do regime normal do IVA – Perda, pelo outro cônjuge, do estatuto de agricultor sujeito ao regime forfetário.
C-711/20	24/03/2022	TanQuid Polska	Impostos especiais de consumo	Reenvio prejudicial – Impostos especiais de consumo – Diretiva 92/12/CE – Artigo 4.º – Circulação dos produtos em regime de suspensão do imposto especial de consumo – Requisitos – Artigos 6.º e 20.º – Introdução no consumo de produtos – Falsificação do documento administrativo de acompanhamento – Infração ou irregularidade cometida no decurso da circulação de produtos sujeitos a impostos especiais de consumo ao abrigo de um regime de suspensão do imposto – Saída irregular de produtos de um regime de suspensão – Destinatário que não tem conhecimento da circulação – Fraude cometida por um terceiro – Artigo 13.º, alínea a), e artigo 15.º, n.º 3 – Garantia obrigatória em matéria de circulação – Alcance.

Proc:	Data	Nome	Matéria	Assunto
C-139/20	31/03/2022	Comissão/ Polónia (<i>Taxation des produits énergétiques</i>)	Tributação dos produtos energéticos utilizados por empresas com utilização intensiva de energia	Incumprimento de Estado – Tributação dos produtos energéticos utilizados por empresas com utilização intensiva de energia – Diretiva 2003/96/CE – Artigo 17.º, n.ºs 1, alínea b), e 4 – Empresas abrangidas pelo sistema de comércio de licenças de emissão da União Europeia – Isenção do imposto especial de consumo.